

PT impetra mandado contra a suspensão

O Partido dos Trabalhadores (PT) deu entrada ontem no Tribunal Superior Eleitoral com um mandado de segurança, visando derrubar decisão do Tribunal Regional Eleitoral do DF, que retirou dois programas eleitorais seu do ar, atendendo reclamação do candidato a deputado federal pelo PRN, Paulo Octávio.

O advogado do PT, José Vigilato da Cunha Neto, entende que o TRE-DF, ao retirar os dois programas do ar, agride o texto constitucional em seus artigos 5º e 220, que afirmam ser livre a expressão do pensamento. Ele alega, ainda, que o TRE em sua decisão agride a Lei de Imprensa.

O programa do Partido dos Trabalhadores que causou a pendência jurídica fazia críticas a Imobiliária Paulo Octávio, e não ao candidato. No entendimento do advogado, quem deveria reclamar na Justiça era a imobiliária e não o proprietário em seu nome próprio. Ele pede para o TSE conceder liminar, suspendendo a decisão do TRE e ainda que a representação do candidato Paulo Octávio seja arquivada aos autos.

Carlos Saraiva e Lauro Campos, candidatos majoritários do Partido dos Trabalhadores, caracterizaram a decisão do TRE como medieval. O PT convocou coletiva ontem, quando participou também o presidente do Diretório Regional, Geraldo Magela, para explicar que, apesar das punições que vêm sofrendo do TRE, não abandonarão a estratégia de campanha de "conscientizar os eleitores" através de denúncias sobre a atuação de seus opositores políticos.

Os dirigentes petistas questionaram a suspensão e os critérios utilizados pelos juízes do TRE. Magela disse estar impressionado como os processos que prejudicam o PT, são julgados em tempo recorde, enquanto o pedido de isonomia do horário gratuito eleitoral, a todos os partidos e coligações, continua emperrado pela burocracia do tribunal".

Pelas normas do tribunal, o PT só poderá questionar a decisão quando a liminar for publicada no **Diário Oficial da União**. Segundo a Secretaria de Coordenação Eleitoral, isso deve acontecer terça ou quarta-feira próximas. Aí, então, os juízes receberão qualquer reclamação do PT.